

R U Y F A B I A N O

27 SET 1994

O poder no Congresso

CORREIO BRAZILIENSE

O comando das duas casas do Congresso, Câmara e Senado, é um dos capítulos centrais na luta por espaços de poder político na nova ordem que se instala após as eleições. As forças conservadoras, aliadas circunstanciais de Fernando Henrique Cardoso, querem prioritariamente a presidência da Câmara. O Senado não tem a mesma importância estratégica.

A Câmara é onde se concentra maior efervescência política. Na linha de sucessão do presidente da República, está à frente do Senado. E é lá que habitualmente têm início os debates mais polêmicos e ruidosos. A Câmara representa a população; o Senado, a federação.

Ambos são importantes, mas a Câmara é mais, sobretudo porque, tão logo se instale a nova ordem, prevê-se o reinício do processo de reformas estruturais, que será monitorado a partir da Câmara. As forças conservadoras têm um candidato à presidência da Casa: o deputado Luís Eduardo Magalhães, do PFL da Bahia, filho do ex-governador (e senador praticamente eleito) Antônio Carlos Magalhães. O controle da Casa é considerado vital para garantir equilíbrio na correlação de forças políticas no futuro governo.

O PFL terá o vice-presidente da República, Marco Maciel, mas isso, em princípio, não significa absolutamente nada. Itamar era vice de Collor e, enquanto este esteve na Presidência, não passou de um zero à esquerda. Não dispunha nem de contínuo para servi-lhe cafezinho. O vice, especialmente quando produzido por coligações ecléticas — e é o caso da coligação PFL-PSDB —, é sempre visto como um inimigo potencial. Instintivamente, é posto à margem do processo. E só adquire alguma significação na eventualidade de uma tragédia com o titular: aí sai do nada para o tudo.

Não basta, pois, tê-lo para supor que algum poder daí automaticamente emanará. Muito pelo contrário. É preciso garantir outros espaços estratégicos. Poder sempre se conquista, jamais se recebe. Não é de sua natureza transmitir-se generosamente por doação. Daí o empenho do PFL em apoderar-se da Câmara. Para tanto, terá que costurar alianças junto a partidos afins, como PPR, PMDB, PTB, PP, e a outros com os quais possa compartilhar interesses — o próprio PSDB e o PDT.

No Senado, a disputa que se anuncia é entre dois peemedebistas: José Sarney e Pedro Simon, que não participam da presente eleição. Têm mandato até 1998. Ambos têm prestígio e conhecem as veredas da Casa. Sarney, no entanto, tem contra si circunstância de que as forças conservadoras têm como prioridade a Câmara dos Deputados.

O próprio governo Fernando Henrique não terá interesse em ver o Congresso sob o domínio de uma mesma vertente política. Embora filiado ao PMDB, a identidade doutrinária de Sarney está e sempre esteve no PFL, partido que ajudou a inventar. Com Sarney no Senado e Luís Eduardo na Câmara, o PFL deixaria de ser parceiro para tornar-se incômodo rival do governo.

Isso facilita a vida de Pedro Simon, cujo comportamento político está hoje bem mais próximo do PSDB que do PMDB. Sua eleição facilitará o trânsito do governo FHC junto aos dissidentes do quercismo, que tendem a se multiplicar em função do fiasco eleitoral do ex-governador paulista.

Essa, de qualquer forma, é uma guerra que já começou. Não precisa aguardar a abertura das urnas, até porque todos os seus protagonistas já garantiram seu passaporte para o futuro.